A Revolução Monarchica

POR

Alfredo Pimenta

POSITARIA :— Livraria «Portugalia,» Rua do Carmo, 75

1919

EDIÇÃO DO AUTOR

LISBOA

A Revolução Monarchica

A Revolução Monarchica

POR

Alfredo Pimenta

DEPOSITARIA: — Livraria «Portugalia,» Rua do Carmo, 75

1919

EDIÇÃO DO AUTOR

LISBOA

Pensamos que chegou o momento de podermos emittir a nossa opinião sobre os acontecimentos politicos de janeiro passado.

Mantivemo-nos, até agora, n'um silencio absoluto, não só para não perturbar as digestoens republicanas, mas tambem para que as situaçoens mais claramente se definissem. Varios momentos houve em que tivemos desejo de apparecer em publico. Mas a imprensa monarchica estava suffocada, e a outra, mesmo a que não é jacobina, é essencialmente medrosa. Nem mesmo pudemos sacudir uma aleivosia torpe que num papel grotesco, um bobo decrepito e grosseiro, a nosso respeito insinuou, um dia que quiz erguer a voz no Becco equivoco onde vegetam os da vida airada...

Agora que as situaçoens se definem, entendemos que não devemos por mais tempo occultar o

nosso pensamento, tanto mais que a desorientação dos espiritos monarchicos me está dando a impressão de catastrophe.

Ha que unir fileiras á volta do Rei, os olhos postos no superior e eterno Interesse Nacional, na pessoa do Rei symbolisado, esquecidos os pequeninos e contingentes incidentes de ordem pessoal.

2, Outubro, 1914.

A. P.

26, Fevereiro

A questão política continúa em equação, á espera de uma resolução positiva, normal e definida. O Equívoco nacional, aggravado com o advento do regime republicano, mantem-se. A crise nacional que o liberalismo anarchico de um constitucionalismo de importação creou, attingio uma phase aguda e doentía. O problema da Ordem, supremo problema do paiz, não encontrou forças que o resolvessem, nem homens que pudessem dar-lhe o equilíbrio conveniente.

A situação republicana gerada pelos intuitos e pela vontade de Sidonio Pais, fracassou e morreo estrangulada ás mãos da demagogia organizada. A dissolvencia dos caracteres accentuou-se. A impotencia das intelligencias attingio a sua maxima evidencia. Não ha Governo. Não ha Lei.

E no entretanto, um momento houve em que seria fácil conduzir o Paiz àquella estabilidade, àquella concórdia, àquella calma que são as condiçoens essenciais da sua vida normal.

Uma vez assassinado o Presidente Sidonio Pais, o caminho lógico, intelligente, seguro, era só um: o da restauração das instituiçoens tradicionais portuguezas, em moldes diversos dos que ellas tinham em 5 de outubro de 1910. Bastava, para se conseguir pacíficamente esse *desideratum*, que os elementos sidonistas, convencidos da fatalidade dos factos, e da fragilidade das chimeras románticas, tivessem, nessa occasião, dado força ás forças monárchicas, e, repetindo, para a Monarchia, o que nós fizermos, durante a vida do Presidente morto, para a República, collaborando com ellas na eliminação do regime republicano incontroversamente incompatível com as conveniencias nacionais.

Não quizeram. O resultado desse êrro está ahi patente aos olhos de todos, para que seja preciso estarmos nós a forçal-o e a accentual-o. Nunca fomos revolucionarios, porque sempre nos repugnaram as allianças, os disfarces, as habilidades a que é preciso recorrer para se effectuar uma revolução. Um movimento militar, ordenado, disciplinado, orientado de cima para baixo, foi sempre o nosso processo. É talvez demorado; mas é, sem dúvida, certo. Quiz ganhar-se em tempo o que se perdeo em viabilidade. D'ahi, o desastre.

Mas a causa monarchica, sendo uma causa ven-

cida, não é uma causa perdida. Só são perdidas as causas restrictamente partidárias. E a causa monarchica é profundamente uma causa nacional.

*

No domingo, 19 de janeiro, á 1 hora da tarde, estávamos nós no Largo das Duas Egrejas com um dos mais combativos e decididos jornalistas da Monarchia, combinando a nossa acção parlamentar do dia seguinte, quando o governo Tamagnini Barboza se apresentasse, como esperávamos, ás Câmaras, a relatar os acontecimentos sediciosos de Santarem. As nossas palavras e os nossos projectos não eram de quem presumia que meia hora depois, no Porto, se restaurasse a Monarchia. Trocamos as nossas impressoens sobre a atitude que a minoria monarchica devia assumir, na hypothese do governo Tamagnini Barboza se inclinar para favorecer as pretensoens das esquerdas, e partimos, cada um de nós, ao seo destino. Fui dar umas voltas. E ao chegar a casa, contaram-me que uma senhora das minhas relaçoens me avisara, informada por um político democrático, de que no Porto estava proclamada a Monarchia. Não acreditei. Attribui tudo a boatos maléficos, destinados a desorientar a opinião conservadora, a agitar e irritar a opinião republicana extremista e jacobina. E á noite, sahi, muito tranquilamente, muito socegadamente, e fui a um animatógrapho vêr uma tragedia desempenhada pela

Pina Menichellie. A's onze e meia, deixei a casa de espectáculos e fui, ao Rocio, tomar carro para casa.

Não sendo bohemio, nem noctámbulo, não conheço muito bem a phisionomia do Rocio, àquellas horas da noite, mas achei-lhe um ar extranho, agitado, nas poucas pessoas que por alli andavam. Encontrei o então governador civil substituto de Lisboa, e dirigi-me a elle a perguntar-lhe se havia novidade, tanto mais que por mim passava, apressada e preocupada, uma força de polícia. Esse funcionário disse-me ao ouvido: «Vá para casa, metta-se em casa, que proclamaram, hoje, a Monarchia, no Porto!»

Eu não comprehendia. Elle insistio: «Vá para casa... Vá para casa...»

Ao chegar a casa, o telephone não cessava de me chamar. De todos os lados me perguntavam o que havia. E eu só sabia dizer o que me tinha sido dito.

No dia seguinte, os jornais davam notícia da prisão do Sr. António Cabral, meo collega na Cámara, e annunciavam novas prisoens. Para evitar qualquer violencia estúpida que demais a mais podia impedir que eu prestasse os serviços que de mim fossem exigidos por quem da direito, sahí de casa, e recolhi-me a casa amiga. Ninguêm, da parte de quem podia fazel-o, me procurou. E eu estive quieto á espera dos acontecimentos.

Na quinta-feira, de manhã, entravam, alvoroçadamente, na casa onde me encontrava, mensageiros domésticos a dar-me a nova de que na Serra de Monsanto estava desfraldada a bandeira azul e branca,

com forças militares e elementos civis. Dizia-se que acompanhava essas forças o Sr. Conselheiro Ayres de Ornellas, meo director no *Diário Nacional*, leader do meo partido, e meo amigo. Pensei em sahir de casa, e ir para Monsanto. Mas não sabendo ao certo quem lá estava, não tendo sido avisado de nada, de nada servindo a minha pessoa num reducto guerreiro, onde só poderia embaraçar, deixei-me ficar. Como nunca qualquer especie de ambição política me determinou, em nada seria prejudicado pelo facto de não poder dizer que estivera em Monsanto. Custava-me apenas não estar ao lado de Ayres de Ornella, correndo, ao seo lado, os riscos do que eu considerava aventura perigosa, um sacrifício nobre sem dúvida alguma, mas, em face do ponto a que as coisas tinham chegado em Lisboa, destinado a insucesso immediato.

Mas se não me chamaram, se não me avisaram, para que havia eu de apparecer onde não me tinham chamado, e para que não me tinham avisado?

Fiquei, pois, a assistir ao desenrolar dessa tragedia, chorando lágrimas de desespero e amargura, ás escondidas, para que não m'as vissem, gelado de anciedade, ora acalentando, durante segundos, as maiores esperanças, ora cahindo, durante horas, no mais desconsolado desespero. Que amigos meos lá estariam em cima, soffrendo e morrendo, sob a chuva de balas, sob um sol glorioso, recebendo no peito a metralha furioza que de todos os lados lhes era enviada pelas forças republicanas? Que amigos meos,

longe de mim, estariam dando a vida por um ideal commum, para cuja realização eu trabalhara annos incansáveis, com o melhor da minha intelligência e da minha vontade e da minha fé? Que amigos meos estariam lá em cima, à luz de um sol claro de inverno primaveril, dando o seo sangue generoso e forte pela libertação da Pátria, na agitação da lucta, no fragor do combate — emquanto eu, espírito combativo e ardente, me via inerte, inactivo, preso e inútil?

Só eu sei as horas amargas desses dois dias trágicos, contadas segundo a segundo — a segundos que pareciam séculos infindáveis!

Á noite, a imprensa republicana vinha cheia de calúmnias miseráveis, de injúrias indignas, de insultos infamantes, contra esses bravos luctadores, muitos delles amigos meos, homens de brio e honra...

Depois, a derrota, o assalto, o sol morrendo, a noite cahindo, e a minha alma que se envolvia na amargura mais cruel e mais esmagadora...

E a mim proprio eu me queixava, porque não me tinham avisado, porque não me tinham dito, para que eu pudesse, junto d'elles, desses que soffriam, soffrer tambem.

Sim! Porque eu que não sou capaz de descobrir as razoens estratégicas e políticas que levaram as forças militares monarchicas a escolher para ponto de concentração o forte de Monsanto; eu que se tívesse sido consultado, outra orientação, bem diversa, bem opposta, teria dado a esse gesto da audácia; eu que teria discordado do *momento* e do

lugar, — eu, se meia hora antes de se partir para Monsanto, tivesse sido avisado, teria ido tambem, não para vencer, não para combater, porque não sei, mas para soffrer com os meos companheiros, e principalmente, junto do representante do Rei, correr os riscos certos da jornada estéril.

No dia seguinte, os meos olhos vermelhos das lágrimas iam lendo os nomes dos amigos que, segundo os jornais de então, o Destino quiz que fossem vencidos em Monsanto, e presos pelas forças republicanas: Ayres de Ornellas, figura de nobreza moral como raras; Azevedo Coutinho, bravo e audaz; Solano de Almeida, enérgico e decidido; José de Sucena, ainda hontem sahido de um Sanatório, já hoje misturado na pêle-mêle de um combate, corajoso e cheio de fé; António Hintze, cuja grave melancholia não quebra a firmeza; Reis Torgal, Alberto Monsaraz — almas carinhosas recebendo os sacrifícios com sorrisos; João Moreira de Almeida, cheio de ingenuidade e perseverança; Simoens Cantante, dedicado como poucos; Pequito Rebello, audaz até a loucura; Conde d'Arrochella, Costa Pinto, Gustavo Ferreira Borges, Eugênio de Araujo, — almas em quem nunca encontrei um desfallecimento, a sombra de uma hesitação, promptos sempre aos maiores riscos.

E quantos outros, quantos outros que a minha pena não descreve — porque todos elles cabem dentro de duas palavras: nobreza e corajem! E a estes homens, uns ricos e bem nascidos, bem amados da

vida e da fortuna, outros vivendo do labor diário do seo braço, sacrificando, aqueles, os prazeres da vida, sacrificando, estes, o seo pão e o seo lar, foi a estes homens que a imprensa republicana de Lisboa, na hora em que cahiram vencidos, injuriou, ultrajou, insultou e aggravou!

Quanto pode a cobardía dos miseráveis!

Perguntei, então, a quem podia perguntar: é preciso defender os vencidos das calúmnias de adversários sem nobreza: o que hei de fazer?

Responderam-me: nada!

Effectivamente, o que havia eu de fazer?

Sentir, callado, as injúrias, como se ellas me attingissem, e aguardar o momento propício para as levantar, defendendo de tudo quanto lhes assacaram, os que jogaram a vida nesses dias angustiosos de Monsanto.

A revolução monarchica...

Ella tem duas phases distinctas: o movimento inicial do Porto, e o movimento solidário de Lisboa. Pelas palavras que atraz ficam escriptas, vê-se que não temos a mais ligeira sombra de responsabilidade directa no movimento do Norte.

Ignoravamo lo por completo. Sempre, desde o início da nossa vida política, tivemos por norma inflexivel não nos intromettermos onde não nos chamassem, quaisquer que fossem as circunstâncias. Sabem-no muito bem os republicanos que me conhecem; não o descohecem, os monarchicos. Para que o nosso nome fosse proposto ao suffragio elei-

toral, nunca demos um passo, nunca fizemos uma insinuação. Todos sabiam que não faltariamos á chamada, quando nos quizessem utilizar: e nunca faltamos. Mas todos viam tambem que nos não inmiscuiríamos onde a nossa presença não fosse julgada precisa.

Ainda hoje não sabemos quem são os responsáveis directos, os dirigentes effectivos, reais, do movimento do Norte. Elle foi feito sem que fossemos consultado, e estamos absolutamente convencido de que elle se planeou e executou sem que fosse ouvido o supremo representante do Rei, que certamente não procederia, em acontecimento de tal magnitude, sem ouvir, primeiro, que mais não fosse a título consultivo, os seos collegas parlamentares e jornalísticos. Responsabilidades morais mesmo, em boa justiça as não temos, nós que nunca fomos revolucionarios, e que, quanto ao *processus* de tornar effectiva e realizada a causa monarchica, temos as nossas opinioens de que não abdicamos ainda.

Trabalhamos, sim, e com fé, com tenacidade, e empregando o melhor do nosso saber, — para que se criasse uma opinião pública monarchica, orientada, disciplinada, convergente; trabalhamos, sim, para que todos os elementos monarchicos se conjugasem, se unissem e se animassem; trabalhamos, sim, para que fosse possível restabelecer-se um ambiente favorável á restauração das instituiçoens tradicionais; trabalhamos, sim, para que os sentimentos orgânicos da nação se robustecessem e fos-

sem estimulados; trabalhamos, sim, para que o sentimento monarchico fosse uma realidade e não uma abstracção. Mas todo esse trabalho foi feito ás claras, na imprensa e na conferência, visando as intelligências e as vontades, preocupando-nos mais a *creação* do sentimento monarchico, do que a destruição ou o desprestígio das instituiçoens republicanas. E seria injustiça de que não somos capaz, deixar de affirmar que a orientação do nosso trabalho era carinhosamente acolhida e favorecida pelo representante de S. M. El-Rei.

E não podia ser outra a minha attitude. Eu viera, ha perto, de quatro annos, para a Monarchia, trazendo licçoens de experiencia e conclusoens de philosophia política, obtidas à custa de muita meditação, de muito estudo e de muito sacrifício. Eu não viera para a Monarchia, por um simples prurido de ser monarchico. Eu viera para a Monarchia, *convencido* da verdade monarchica pela acção da Sciência política e pelos ensinamentos dos factos, — como sufficientemente demonstrei no trabalho publicado em que fiz a minha profissão de fé.

Eu sou um espírito *positivo*, e não um espírito *negativo*; eu sou um *conservador*, e não um *revolucionário*. Repugnam-me todos os actos de indisciplina; quer dizer: repugnam-me todas as revoluçoens. Posso soffrel-as: não as fomento.

Por maioria de motivos, revoluçoens dispersivas, desorganizadas, incertas, condemno-as em absoluto.

Isto não significa que eu abandone, no momen-

to crítico, os meos companheiros, e me tivesse afastado, em 19 ou em 25 de janeiro, se a vontade delles me tivesse vencido, e tivessem decidido ir por caminho que eu teria, certamente, reprovado.

Avisado, prevenido, seguil-os-hia, tanto me sinto mais destinado ao sacrifício de que a recolher os fructos da victoria.

Sinto, evidentemente, um infinito desgosto, porque vejo vencida a causa monarchica. Energias perdidas, vontades enfraquecidas, utilidades dispersas, consciencias alarmadas, espíritos desorientados — eis o balanço final e syntético do movimento; mas esse desgosto é agravado, se é possível agravar-se um desgosto sem limites, com a constatação do que se tentava fazer da Monarchia, pelo que, nos poucos dias que ella viveo no Norte, se fez.

Pois quê?! Planea-se um movimento revolucionário de possível grande repercusão, que muito possívelmente podia degenerar numa guerra civil feroz e perigosa — para se restaurar a Carta Constitucional? Era para voltarmos aos moldes anárchicos de antes de 5 de outubro que tornaram possível essa data, que se trabalhava, que todos nós trabalhávamos? Era para restabelecer o liberalismo constitucional, com as suas superstiçoens dispersivas, com as suas chimeras negativas, com as suas ficçoens democráticas, — que nós andávamos a luctar? Era para restaurar uma Monarchia degenerada e falsa, que nós andávamos no bom combate? Era para substituir um Rei sem corôa por

um Presidente coroado, que nós andávamos na brecha prègando doutrinas sãs, estabelecendo princípios úteis? Era para voltarmos à nefasta política do Rei que reina mas não governa, do Rei-chancella, do Rei-abulico, do Rei-irresponsável, do Rei-phantasma, que nós todos nos andávamos a sacrificar dia a dia? Era para voltarmos ao regime das clientellas, das camarilhas, dos grupelhos, das burlas eleitoraes, das conspiraçoens palacianas, das pressoens sobre o Rei, das chantages de corredores parlamentares, da farçada democrático-constitucional, que nós todos andávamos a alimentar esperanças em melhores dias? Era para voltarmos à Monarchia sem monárchicos que sepultou D. Carlos e atirou para o exílio com o Sr. D. Manoel, que nós combatíamos?

Pois quê?! Ainda se estava nessa illuzão, nessa dissolvente cegueira,—a ponto de, logo, com pressa, com receio de que não houvesse tempo, se restaurar a Carta Constitucional, fonte primária de República?

Oitenta annos de realidade constitucionalista seguidos de oito annos de experiencia republicana, não bastavam para convencer a mentalidade portugueza, de que a Nação tem de procurar em moldes differentes dos da Carta Constitucional, a sua organização política? Esse longo calvário de sophismas não foi o bastante para nos desilludir, e dar ao nosso espírito um rumo diverso? Ainda há uem não esteja convencido de que o regime re-

publicano é filho directo do liberalismo constitucionalista?

Pois quê?! Haviamos de voltar ao regime das facçoens e das intrigas, em que o Rei era cabeça de turco entre as ambiçoens dos políticos? Haviamos de regressar àquela atmosphera mephítica que nos envenenou, que nos subverteu, que nos anarchisou, que nos trouxe ao estado deplorável em que nos encontramos hoje? Desconhecemos porventura que o *hoje* de hoje é filho de *hontem?* Haviamos de continuar na situação estructuralmente revolucionária que 1820 iniciou, e que 1910 consagrou?

Não ignoramos que as condiçoens actuais da política mundial exigem um regime político baseado numa constituïção. Simplesmente essa constituïção não poderia de maneira alguma ser a Carta Constitucional, — a não ser que quizessemos voltar ao Êrro, regressar ao Mal, repetir a Aventura criminosa.

Noutra occasião, pudemos nós dizer o que pensávamos sobre quais deviam ser as bases do Estatuto fundamental da Monarchia [1]. Quem conheça esse nosso trabalho fácilmente comprehende que não podiamos de maneira alguma sancionar uma revolução que tivesse por fim restaurar a Carta Constitucional. Para isso, não dariamos o nosso mais ligeiro voto. Para isso, não dariamos o nosso

[1] *Política Monarchica,* 1.º vol., Lisboa, 1917.

mais fraco apoio. Queriamos e queremos o Rei. Mas não queriamos, não queremos, e não queremos nunca o regime da Carta Constitucional que uma longa experiencia desacreditou no espírito de todos os homens, que se não movem por interesses partidários, por ambiçoens mesquinhas, por intençoens inconfessáveis, ou por ficçoens.

Fazer uma revolução para salvar a Nação, — vá! Obrigar a Nação a correr os riscos de uma guerra civil, para restabelecer a Ordem e a Disciplina, para estimular o sentimento da Obediencia, — seja! Mas fazer uma revolução para restaurar a Carta e os actos adicionais, — não, não e não!

Abro, neste momento, para o leitor que o ignora, o livro do Sr. Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, e transcrevo: «Nós queremos a Unidade, mas devemos desde logo pensar que é menos sólida a unidade que se imponha de cima para baixo, do que a unidade que naturalmente se proporcione de baixo para cima. Que é menos sólida a unidade que burocráticamente se engendre, do que a unidade que orgânicamente se gère.

E pensar tambem — conforme de certa maneira o prova a descentralizada administração ingleza — que a unidade não é forçosamente inseparável de um órgão único, onde absorventemente se achem concentrados todos os fios do Poder com todas as suas ramificaçoens e gradaçoens. Este processo de attingir a Unidade pela centralização administrativa era o da Roma imperial e o das Monarchias

absolutas, mas para esse mesmo objectivo de Roma, ha mais caminhos que conduzem. Não decerto a República revolucionária, nem a Monarchia constitucional que não passam de absolutismos oligárchicos disfarçados, irreductivelmente centralistas e falseadores de fórmulas, por necessidades vitais de defeza própria» (pág. 243-244). Já anteriormente, o mesmo Sr. Paiva Couceiro escrevera: «Política partidária e parlamentaria não é Política nacional. É peior que a Impotencia do Bom. É a Potencia do Mal. Já assim o reconheceu o tribunal da Conciência pública pelas licçoens dos 80 annos, que acabamos de atravessar.» (pág. 241). E não fôra o mesmo Sr. Paiva Couceiro que, depois de um balanço intelligente e lúcido á acção do Constitucionalismo, concluira (pág. 44): «*O Parlamentarismo é, com effeito, a corrupção do Povo e a impossibilidade absoluta do bom governo*. Entre portuguezes, a experiencia está feita pelo registro dos factos. Assim nós saibamos comprehendel-a, e extrahir-lhe os fructos»?

Queremos a Monarchia; queremos o Rei. Se para se restabelecer a Monarchia, se para voltarmos a dar o poder effectivo ao Rei, é preciso, é indispensável uma Revolução,—acceito-a, soffro-a; mas para restaurar a Carta Constitucional, o regime do sophisma liberalista, — nem um voto, nem um sacrifício, nem um passo. Então, deixe-se estar o que está. Então, mais valia que os monárchicos tivessem ingressado na República, constituindo dentro d'ella

um partido republicano moderado, aceitando que a monarchia ficasse sendo sonho sebastianista de um grupo de intelectuais luctando, no campo das ideias, por introduzir na conciência anarchizada do Paiz a saudade inconsolável por um regime de ordem definitiva e de estabilidade normal. Profundo foi, pois, o meo desgosto, ao ter conhecimento de que um dos primeiros actos da junta governativa do Norte, consistisse no restabelecimento da Carta Constitucional e seus actos adicionais. E quando outros motivos não houvera (os de ignorar o que se ia fazer) esse bastava para eu recusar a solidariedade da minha intelligência á Revolução do Porto.

Eu não vim para a Monarchia simplesmente como um descrente na República: eu vim para a Monarchia, como um crente em certos princípios monárchicos. O meo acto não foi um acto negativista de desgostado e sceptico: foi um acto affirmativo de combativo e crente. Trouxe princípios — não princípios abstractos ou subjectivos, mas sim princípios produzidos pelo estudo reflectido, e corrigidos e modificados pelos factos. Eu cri e creio nas vantagens, na superioridade theórica e prática da Monarchia, mas de uma Monarchia monárchica, e não de uma Monarchia republicana.

Proclamar a Monarchia era o acto essencial, fundamental, primário. Manter a ordem pública, era o acto immediato. Tudo o mais era ou secundario, ou dispensável, ou episódico. Proclamar a Monarchia, e assegural-a. Restabelecer a ordem, e mantel-a.

O resto — só depois de ella proclamada e assegurada, da ordem estabelecida — e não era com os revolucionários, mas com os pensadores, os estadistas, os responsáveis.

Mas, se depois do que fica dito, ainda querem que por mim seja repartida a responsabilidade moral do que se fez no Porto, não a regeito, e não fujo a assumir a parte que me caiba com todas as suas consequencias próximas ou remotas, por mais dolorosas que sejam. E não me custa a acceital-a, porque não sai do meo espírito o sacrifício a que todos os que planearam e efectivaram a Revolução, se submetteram e condenaram. São vencidos e sacrificados — razão suficiente de mais, perante a minha consciência, para os respeitar e amar. Muitos delles soffrem, a esta hora, o frio, o desconforto, a tristeza das prisoens; outros soffrem, a esta hora, a agrura incomparável do exílio, outros supportam, a esta hora, a inquietação da sua vida occulta. Havia eu, nesta hora, de os abandonar, de os combater, de os mal-dizer? Não! Não é próprio do meo feitio, nem de meo carácter.

Para todos elles, auctores de um acto para que não fui ouvido, que não me foi communicado, de que não fui avisado, e que se revelou, de mais a mais, contrário ás minhas doutrinas e ao que entendo que será o interesse superior da Nação, para todos elles, vencidos e sacrificados, vai, nesta hora, a affirmação sincera e calorosa da minha admiração, da minha dedicação e do meo respeito. A to-

dos elles, a mór parte dos quaes meos desconhecidos, envolvo no mesmo carinho, no mesmo affecto, no mesmo culto. Altas figuras da aristocracia, e exército, simples soldados, modestos elementos da plebe, filhos da burguezia ou apóstolos da Igreja, estudantes ou camponezes — todos elles se me impõem pela sua qualidade actual de sacrificados e vencidos...

Não ha, portanto, nas minhas palavras, amarga censura ou ríspida condemnação: ha simplesmente um triste, um dolorido queixume. Não os condemno: queixo-me.

Isto, quanto ao movimento inicial do Norte. Quanto ao movimento solidário de Lisboa que teve por teatro o forte de Monsanto, a nossa situação é outra.

Já dissemos que não concordamos nem com o *momento* nem com o *local* dessa acção. A hora própria não era aquella. O local próprio não era aquelle. A acção foi tardia e foi deslocada. Desde o momento que o alarme fôra dado, pelos acontecimentos do Norte, a sua repercusão tinha que ser repentina, brusca, immediata. E em vez de se ter escolhido um lugar de difficil accesso para quem quizesse juntar-se ao núcleo revoltoso e auxilial-o, e de fácil accesso para quem quizesse, apoiado, atacal-o, emquanto cá em baixo ficavam em plena liberdade de acção e direcção, os adversários — devia ter-se feito... o que se não fez. Começando-se, evidentemente, por dominar os detentores do Poder republicano, impedindo-os de exercer uma

auctoridade que, nem por ser frágil, deixava de ser auctoridade.

Não se fez assim, porêm. Deixou-se, primeiro, crear uma atmosphera que não existia — com as manifestaçoens repetidas, a exibição das columnas de voluntários civis, o clamor dos *vivas* e dos *morras*, o contágio dos marinheiros, dos soldados e dos paisanos, e a propaganda livre, e sem outra que a contrariasse, da imprensa. E foi no meio desta sentimentalidade jacobina exacerbada, sob essa pressão moral formidável pelo ruido — que se caminhou para Monsanto, longe da cidade, sem meios de ligação assegurados, sem reforços garantidos... Mas sinto que é fácil, agora, criticar o que se fez, e, longe das realidades, simplesmente firmado nas indicaçoens de uma lógica abstracta, dizer o que se devia ter feito. E sinto egualmente que se o destino tivesse querido, e Deus se não tivesse opposto, e os de Monsanto tivessem sido beijados pela victoria, não faltaria, agora, quem viesse demonstrar por a + b que o momento fora o único, e o local o óptimo... É tão fácil criticar o desastre, como é facil justificar a victoria.

Não nos detenhamos, pois, a reproduzir o que tantas vezes dissemos aos que nos rodeavam, desde a manhã do dia 19 até a tarde do dia 24.

O que significa a jornada de Monsanto?

Desde o primeiro momento o pensei: espírito de solidariedade, de extrema lealdade, de extremo sacrifício.

No momento em que escrevo estas linhas, ainda não troquei uma palavra, uma só, com qualquer dos que foram para Monsanto jogar a vida por uma causa incerta. Apesar disso, sinto que posso jurar que foi únicamente esse espírito de extrema solidariedade, de extrema lealdade e de extremo sacrifício, que levou o Sr. Ayres Ornellas e os seos companheiros ao passo que deram. Sinto que posso jurar que todos elles sabiam, quando subiam a encosta de Monsanto que iam para a derrota. E se o não sabiam, estavam cegos pela obsessão do triumpho.

O que elles fizeram, tel-o-hia eu feito, se me cumprisse fazel-o.

O que elles fizeram, tel-o-hia eu feito, se mo tivessem dito.

O que elles fizeram, tel-o-hia eu feito, se o soubesse.

Porisso, se aos monárchicos do Norte não recuso a solidariedade moral que me possa ser, abusivamente, exigida, aos monárchicos de Monsanto offereço-lh'a eu, com a minha mais viva sinceridade, com a minha mais entranhada ternura, lamentando não ter estado com elles, lamentando — que m'o perdoem os meos filhos! — que não me tivessem dito que os acompanhasse.

Contra as ordens expressas de El-Rei, ou, na melhor hypóthese, sem o seo voto; sem o voto do representante de S. M.; sem a opinião dos parlamentares e escriptores monárchicos, os monárchicos

do Porto proclamam a Monarchia. Os monárchicos de Lisboa, entre os quais se encontrava o representante legal de S. M., viram-se ante um dillema difficil: ou abandonarem egoistamente à sua sorte, enfraquecendo-os e desautorizando-os, os monárchicos do Porto, ou sacrificarem-se por elles. Era mais vantajoso o primeiro caminho; era mais nobre e elegante o segundo: foram pelo segundo.

Fizeram o que eu teria feito — se me cumprisse fazel-o.

Ainda não muitos dias antes, em conversa amiga com o Sr. Conselheiro Ayres de Ornellas, eu lhe preguntava: «Se os monárchicos do Norte, desobedientes, proclamassem a Monarchia, que faríamos nós outros, os de Lisboa»? E sua Ex.ª, tristemente, mas com firmeza, respondeo-me: «perante os factos consumados, que havemos de fazer? Acceital-os...»

Foi o que se deo.

Os do Norte proclamaram a Monarchia, com probabilidades de que venciam; os de Monsanto proclamaram a Monarchia com a certeza de que eram vencidos. Porisso se aos primeiros não recuso a minha solidariedade moral, aos segundos eu lh'a offereço com a mais ardente, a mais devotada, a mais profunda, a mais íntima das admiraçoens.

Os do Norte foram bravos, mas os de Monsanto foram heróis. Os do Norte são vencidos; mas os de Monsanto são víctimas.

Os monárchicos de Monsanto symbolizam a Nobreza, a Virilidade, o Espírito cavalheiresco da Raça. Da geração passada, que eu saiba, Ayres de Ornellas e Azevedo Coutinho, e poucos mais. O resto é da minha geração, é a gente nova, é a mocidade, cheia de fé no futuro, isenta de crimes no passado, o coração cheio de crença, sem que lh'a diminua o remorço. Os monárchicos de Monsanto são o que ha de melhor, em sacrifício expontáneo, em dedicação leal, em galhardia. Elles são a raça portugueza, a raça de antanho: Deos no coração, o Rei e a Pátria no espírito.

A Bandeira azul e branca que as protervias dos políticos tinham deixado arriar; elles a ergueram em suas mãos puras, na manhã sagrada de 23, e a limparam de toda a mancha, e a tornaram nobre para todo o sempre! Perante o seo gesto e o seo sacrifício, o nosso espírito ajoelha, humilde e confiante, orgulhoso da sua camaradagem, do seo convívio, da amizade de muitos.

Com tais vassalos, com tais subditos, com tais fieis, o Rei pode ser um grande Rei, e com tais portuguezes, Portugal pode ser uma grande Nação.

Os monárchicos de Monsanto são a raça portugueza. Nobres e plebeos, aristocratas e burguezes, intellectuais e homens de acção, soldados e trabalhadores, — esses homens que, durante dois dias, luctaram a lucta mais desegual e jogaram o jogo mais perigoso, collocáram-se tão alto perante a consciência nacional, que por muito que nos acu-

mulemos uns sobre os outros, nós, os que lá não estivemos, nunca poderemos attingil-os!

Elles não foram para vencer: foram para ser vencidos! E esta circunstância aureolíza-os de tal maneira, que elles nunca poderão deixar de ser credores da nossa gratidão e do nosso respeito.

Formulado dest'arte o nosso juízo sobre os dois episódios ou phases da Revolução monárchica, procuremos, agora, imparcialmente estudar as suas razoens determinantes, isto é, comprehender porque ella appareceo, para o que indispensável se nos torna encarar a situação política da Nação, no dia 19 de janeiro do anno corrente.

E em obediencia a este rumo, temos que inutilizar já a accusação tantas vezes formulada na imprensa republicana contra os monárchicos, chamando-lhes traidores.

«Traição! Traição!» — foi o *leit-motiv* da Imprensa republicana, de toda ella, desde a mais rubra á mais cinzenta, desde a mais exaltada á mais moderada.

Traição?! Vejamos...

No dia 5 de dezembro de 1917, estava no poder a facção republicana democrática, cuja acção política, social e moral está mais do que definida e criticada. Para libertar o Paiz dessa facção, e para dar ao regime republicano uma apparencia

de estabilidade, de nacionalização e de decência, o fallecido Presidente Sidonio Pais organizara, primeiro com o apoio do partido unionista, depois isoladamente, um movimento revolucionário tendente a introduzir na Constituição o princípio de dissolução parlamentar — remédio com que se suppunha attingir os fins acima indicados. Esse movimento revolucionário triumphou. E como acontecimentos subsequentes tivessem creado á volta de Sidonio Pais uma atmosphera de sympathia e incitamento para que fosse mais longe do que fôra seo primeiro objectivo, o fallecido Presidente entrou, com ousadia e decisão, num caminho de regime pessoal, pretendendo substituir o regime parlamentarista pelo regime presidencialista.

Os monárchicos portuguezes que tinham, pela sua propaganda diária, contribuido para que se formasse o meio propício á revolução de 5 de dezembro, declararam-se, em obediencia a ordens repetidas de El-Rei, e em conformidade com os interesses superiores da Nação, dispostos a collaborar e a apoiar ostensivamente e desinteressadamente o governo de Sidonio Pais, emquanto este não se desviasse de uma acção intransigentemente conservadora, respeitadora das tradiçoens, dos sentimentos e das conveniencias do Povo portuguez.

Aberto o período eleitoral, todos os partidos republicanos se declararam por uma abstenção formal, secundados ainda por elementos importantes do partido socialista, e apoiados, nessa attitude,

pelos elementos syndicalistas revolucionários. Collaboraram no acto eleitoral os monárchicos, alguns socialistas, e os pouquíssimos republicanos partidários de Sidonio Pais, divididos em dois grupos — centristas e sidonistas. Os monárchicos abstiveram-se de concorrer ás maiorias, reservando-se, apenas, occupar as minorias. E como fosse de elles a grande força eleitoral, elles sós elegeram as maiorias republicanas e as minorias monárchicas. E como se tornasse necessárío dar á eleição directa do Presidente um aspecto de força, os monárchicos votaram pouco menos de que em massa no presidente Sidonio Pais. A esta conjuncção conservadora, oppuzeram os elementos contrários uma attitude franca e declaradamente revolucionária. Elles queriam o Poder; mas visto que se recusavam tental-o pelo suffrágio, evidentemente que só na revolução procurariam meio seguro de o attingirem. Variadas tentativas revolucionárias, directas ou indirectas, se esboçaram, nunca passando de simples tentativas, pela intervenção enérgica do Presidente Sidonio Pais, a que os monárchicos não recusáram nunca, na imprensa, no Parlamento e nos quarteis o seo auxílio.

Averiguado que por meio de revoluçoens o Presidente Sidonio Pais não seria expulso do Poder, as facçoens demagógicas lançaram mão do último e decisivo recurso: o attentado pessoal que liquidara em 1908, o Rei D. Carlos e seo filho mais velho, e que poria ponto, uma vez que fosse bem

succedido, á república sidonista. E assim foi. No dia 14 de dezembro do anno passado, um instrumento passivo dessas facçoens assassinou o Presidente Sidonio Pais, e alterou por completo o *statu quo* político. Arrumado o principal empecilho, as facçoens demagógicas trataram de preparar o salto definitivo sobre o Poder. Tinha-se-lhes feito frente, morto Sidonio Pais, com um de dois processos: ou a restauração monárchica immediata, ou um governo militar. Não se foi para a restauração monárchica, porque nada estava preparado para ella, e nas camadas dirigentes da opinião monárchica ainda não soára a opportunidade de a realizar. Não se foi para o governo militar e a despeito de todos os esforços empregados pelas juntas militares, decididamente apoiadas, nas suas reclamaçoens e desejos, pelos monárchicos, porque a isso se oppoz com teimosia inepta o governo Tamagnini Barboza, e, criminosamente, a isso se não prestou, o Presidente Canto e Castro.

Caminhava-se, pois, decididamente, para as esquerdas. E caminhava se com a cumplicidade do Poder executivo, como se vio e percebeo em face de sua atitude para com a sedição de Santarem, e positivamente o demonstrou mais tarde, em conversa com um jornal republicano, um dos principais elementos desta sedição, — o Sr. Cunha Leal.

Foi a certeza de que iamos todos ser entregues ao poder democrático; foi a certeza de que caminhavamos decididamente para a República velha,

que levou os monárchicos do Porto a proclamar á Monarchia?

Tudo leva a crêr que sim.

Foi o receio de regressarem á Demagogia organisada, á situação anterior a 5 de Dezembro, ao regime pre-sidonista, que levou os elementos militares monarchicos do Porto, a proclamar a Monarchia?

Tudo indica que sim.

Compromissos, se podemos chamar compromissos ás affirmaçoens feitas em publico de que não pensavamos em restaurar já a Monarchia; compromissos, se os houve, e só aquelles houve, estabeleceram-se com o Presidente Sidonio Pais. Assassinado este, todos os compromissos caducavam, todos elles, logicamente, desapareciam, porque eramos monarchicos, e não republicanos. Tinhamos dito que sustentariamos a situação Sidonio Pais. Até á hora da sua morte, os monarchicos não lhe faltaram com o seu apoio, a sua lealdade, o seu esforço. E até mesmo depois da sua morte, os monarchicos procuraram contribuir para sustentar uma situação que fôsse a continuação logica da situação sidonista. Poucas horas, porém, tinham passado sobre o crime, e já os monarchicos possuiam a prova declarada, perfeita, insophismavel, de que a situação sidonista morrera, e sob todas as aparentes intransigencias, se procurava um entendimento com as facçoens demagogicas, isto é, com os que maiores e mais directas responsabilidades tinham no assassinato.

Toda a imprensa monarchica accentuou o caminho em que iamos, e no Parlamento, na vespera da sedição de Santarem, claramente dissemos que estavamos proximos da república velha.

Traição?! Não. Julguem como quizerem a Revolução Monarchica, mas não a acusem de traidora. A não ser que queiram acusar de traidores, tambêm, os revolucionarios de 5 de outubro, os revolucionarios de 14 de Maio, os revolucionarios de 31 de Janeiro — por esta simples razão de qne todas as revoluçoens são actos de traição.

Entre o Presidente Sidonío Pais e os monarchicos nunca houve entendimentos secretos. O apoio dos monarchícos foi sempre espontaneo e publico. Sabemos bem o que dizemos, e não receiamos qualquer desmentido — porque ele não pode existir sem fundamento. Ora esse apoio não lhe faltou, nas horas mais criticas, como v. g. a revolta democratica de Coimbra, e o movimento bolchevikista de Lisboa.

Se houve traição, não foi da nossa parte: foi da parte dos que se diziam seos amigos, e ainda ele não estava completamente arrefecido, já procuravam entendimentos com os que armaram o braço de quem o assassinou. Foram esses os que provocaram a precipitação dos monarchicos do Porto. Foram esses, levando ao espírito dos monarchicos do Porto a convicção de que se preparava lentamente mas resolutamente, o regresso das facçoens demagogicas ás espheras do Poder, que produziram o conflito e o fizeram estalar.

Pode ser que me engane. Mas estou convencido da precisão logica do meo raciocinio, e da pureza das minhas conclusoens.

Nós, monarchicos, não queriamos proclamar já a Monarchia. Essa afirmação a fizemos sempre pela boca de quem representava legal e superiormente a Causa Monarchica, pela boca dos nossos parlamentares, dos nossos escriptores, dos nossos jornalistas. Não *queriamos* proclamal-a. A responsabilidade dessa afirmativa pertencia a quem de direito. E ninguem protestou contra ela, ninguem se eximio a ella. Houve, no entanto quem, a despeito de tão claras declaraçoens, procedeo contrariamente ao combinado, ao estabelecido?

Houve. Mas a responsabilidade do facto não pertence á Causa monarchica: pertence aos monarchicos que se revoltaram contra a orientação, o proposito, a vontade de quem dirigia a Causa. E depois do facto rebelde, houve, então, o desejo de não abandonar os que se tinham revoltado.

Por mim confesso: muito sinceramente não desejava para já o advento da Monarchia, por multiplas razoens, umas identicas ás que pesavam no espirito dos dirigentes da Causa monarchica, outras privativas do meo criterio politico. Para que negal-o ou escondel-o? Uma das razoens que mais me determinava a não querer já a restauração da Monarchia, era a de que a restauração devia efectuar-se quando a geração dos que a tinham deixado cahir e para a sua queda tinham contribuido, tivesse de-

saparecido da actividade politica. Contrariamente ao que muitos suppunham, eu sentia um certo orgulho em ser um neo-monarchico: essa circunstancia permittia-me não ter remorsos pelo que se passara anteriormente a cinco de Outubro. A verdade é que os partidos monarchicos ainda não estavam suficientemente esquecidos no espirito publico, e as suas lutas, as suas campanhas que tanto e tão profundamente tinham minado o prestigio moral e politico da Monarchia, ainda andam vivas na memoria dos homens, e se não encontram apenas nos archivos historicos. A Monarchia cahio em 5 de Outubro, principalmente pela acção corrosiva dos partidos dynasticos. Foram eles, pelo mutuo descredito que se provocaram, e pela falta de respeito que sempre, nas horas da opposição, manifestaram perante a Corôa, os principais responsaveis pelo incremento das multidoens revolucionarias, e pelo fortalecimento da superstição republicana.

A hora opportuna para se pensar de um modo effectivo na restauração da Monarchia só soaria em meo entender, quando desses partidos nada restasse já na effectividade politica. Que eu tinha razão provou-o exuberantemente a experiencia monarchica do Norte que, pelos seos resultados, sob o ponto de vista administrativo e intellectual, mais parece ter sido fomentada, ocultamente, pelos nossos adversarios, do que por partidarios conscientes do Rei.

Veio a publico um relatorio dirigido ao sr. Paiva

Couceiro pelos Corpos dirigentes da Liga Nacional Monarchica, seguido da resposta que este Caudilho houve por bem enviar-lhe.

No relatorio insinua-se, e na resposta concretisa-se um proposito differente do proposito sempre manifestado pelo representante de El-Rei, e contrario ás declaraçoens officiais da Causa Monarchica.

Ignoravamos por completo, tanto um como outro documento. E quasi ignoravamos mesmo a existencia dessa Liga Nacional monarchica em que ouviamos fallar vagamente, e que suppunhamos uma aggremiação mais com fins de assistencia do que propriamente com objectivos políticos. Dentro da Causa monarchica, só conheciamos e reconheciamos a existencia do Representante de S. M., só a elle obedeciamos, e só o seu criterio acatavamos — porque, por intermedio delle, obedeciamos a El-Rei, e acatavamos o seo criterio. Dentro da Causa Monarchica, nunca encontramos chefes de grupos, para os reconhecermos. Porque, dentro da Causa Monarchica, acima de nós só uma entidade existia e existe: o Rei. Obedecer-lhe, inteiramente, servil-o, era e é a nossa misssão, era e será sempre o nosso dever.

Um movimento restauracionista realisado sem o voto do Rei, era um mao movimento. Porque era feito sem o conhecimento de quem, mais do que ninguem, teria que supportar as suas consequencias em todas as emergencias possiveis.

Porque eu previa que acontecimentos anomalos e inconvenientes se dessem, é que sempre defendi uma organisação monarchica que fosse orientada pelos princípios monarchicos. E agora comprehendo a celeuma que levantou, em tempos, tal doutrina, que eu considerava e considero ainda a unica compativel com as conveniencias da Causa monarchica.

A' organisação feita de baixo para cima oppuz eu sempre uma organisação feita de cima para baixo. O criterio que se me oppunha dava em resultado o Rei ser o representante dos organismos monarchicos, impondo-se-lhe, embaraçando-o, constrangendo-o. O criterio que eu formulava collocava os organismos monarchicos no papel de representantes, em diversos graos, do Rei, obededecendo-lhe, acatando-o, respeitando-o.

Se este criterio tivesse sido adoptado, e tal organisação tivesse sido effectuada, talvez a nossa situação, hoje, fosse outra, bem outra....

Mas estou convencido, como já disse, de que o movimento do Norte se explica pelo receio do regresso das façoens demagogicas ao Poder, e, portanto, resultando um acto precipitado de opposição definitiva a esse regresso. Como as juntas militares não tinham conseguido afastal-o de vez e definitivamente, os monarchicos do Norte entenderiam que poderiam enveredar pelo caminho da Revolução — sem consulta, sem aviso, sem prevenção.

Foi assim? Não foi assim?

Estou convencido de que foi assim.

A quem encara as coisas superficialmente, pode parecer que a minha supposição é contradictada pela revelação dos documentos a que acima alludi, segundo os quais, ainda em vida de Sidonio Pais se pensava já na restauração monarchica. Mas se analysarmos bem e a frio a situação politica d'essa epocha, os fundamentos em que ella se apoiava e os proprios dizeres d'esses documentos, ver-se-ha que ainda a minha hypotese não é invalidada.

De facto, todos sentiamos que nem Sidonio Pais inutilisara decisivamente as facçoens demagogicas, limitando-se a impedir a *réussite* dos seos movimentos revolucionarios, nem a situação de Sidonio Pais podia ir mais alem do tempo que elle vivesse.

Esta situação era uma situação fundamentalmente transitoria, sem as mais ligeiras condiçoens de estabilidade e continuidade, que rapidamentente se desacreditaria, logo que o problema da Ordem deixasse de ser a sua preocupação permanente, e as attençoens da opinião nacional se voltassem para os demais problemas da Administração pública.

E' por isso que persistimos em explicar os factos e as intençoens anteriores dos dirigentes dos monarchicos do Norte, pelo receio de voltarmos todos ao dominio da Demagogia organisada.

Qualquer que seja, no entretanto, a explicação positiva, objectiva desse acontecimento e dessas intençoens, uma ha que nunca facto algum poderá auctorisar: a de que elles obedeceram a indica

çoens de quem superiormente e legalmente representava a Causa monarchica, isto é, da propria Causa monarchica personificada em El-Rei, seo unico chefe, seo único dirigente supremo.

E agora se comprehende que nós, em Lisboa, de nada soubessemos, nada conhecessemos e para coisa alguma fossemos ouvidos, como se nós, Parlamentares uns, escriptores outros, jornalistas outros, fossemos bagagem inutíl, valores negativos, e o nosso trabalho, dia a dia realisado, num sacrificio constante, num permanente risco e num progressivo comprometimento, fosse coisa de somenos, semelhante a um facil frete ou a um divertimento mundano. Ordens de El-Rei, instruçoens de El-Rei, de tudo tivemos nós conhecimento immediato, para que melhor as cumprissemos, e para as suas consequencias nos preparassemos.

Nunca El-Rei nos esqueceo. E isso consola-nos, deve consolar-nos do esquecimento de outros... Por ísso, pela parte que me toca, até hoje, nunca tive motivos de me arrepender de servir o Rei, e receber as suas ordens.

Mas, acabou-se. Não vale a pena estar, agora, a discutir mais o que se fez e lá vai, e se insistimos um pouco em formular o nosso juizo, fundamentando-o, foi mais para prevenir erros futuros, do que propriamente para destrinçar acontecimentos passados.

E agora?

A Causa monarchica não é uma causa partida-

ria, de grupo ou facção exclusívamente ligada aos nossos interesses pessoais, de existencia limitada á nossa vida, unicamente interessando a nossa cooperação pessoal: a Causa monarchica é uma causa nacional, tem raizes no passado secular da nação, projectando para o futuro, sem limites e proporçoens contemporaneas, interessando, por tanto, não só a geração de hoje, mas ainda, e principalmente, as geraçoens que hão-de vír.

Causa vencida neste momento, sem duvida, mas de modo algum causa perdida, a não ser que perdida esteja a Nacionalidade portugueza. Causa monarchica significa mais alguma coisa do que causa politica,dando á palavra a significação vulgar e corrente. A causa monarchica representa effectivamente a causa do systema político governativo da nação, mas significa mais: significa a causa da Ordem, a causa do Exercito, a causa da Egreja, a causa da Economia nacional e da integridade e prestigio da nossa existencia internacional. Estes aspectos que ella profundamente e inflexivelmente abrange, dão-lhe um prestigio e uma força tais, que não serão os desastres episodicos que poderão eliminal-a da vida portugueza.

Vencida, slm; mas não perdída.

Tambem em 5 de outubro ella foi vencida, e vio-se a somma de energias que ella continha, passados quasi nove annos de ininterrupto regime republicano. Se, em 5 de outubro, se tivesse feito metade (nem tanto!) do que se fez em 19 de ja-

neiro, o regime republicano não se teria firmado, e a esta hora, elle não existiria.

Quando na tarde do dia da derrota, a bandeira republicana foi hasteada em Monsanto, perguntaram-me: ¿ «e agora?»; e eu, vencendo a minha tristeza, respondi logo: «ha que recomeçar!».

E' o mesmo que digo hoje.

Ha que recomeçar!

Ha que recomeçar a trabalhar na propaganda monarchica, creando o sentimento monarchico, avivando a fé na Monarchia, demonstrando as suas vantagens theoricas e praticas, restabelecendo-lhe o credito, restaurando o seo prestigio, levando o espirito publico a reconhecer a necessidade de reatarmos o fio da nossa tradição politica — toda uma obra doutrinaria pura e firme. Se não fôr possivel restaurar a Monarchia na nossa vida, esforcemonos por que ella possa ser restaurada na vida dos nossos filhos ou dos nossos netos. Que importa que nós a não vejamos? Que importa que nós não colhamos os fructos? A Patria é mais alguma coisa do que a nossa vida, e vale alguma coisa mais do que a nossa pessoa.

O desanimo é proprio das almas fracas e dos coraçoens scepticos. Com fraqueza de animo e com scepticismo no coração, não ha obra duradoira e fecunda. E' preciso que os desastres, os infortunios, as derrotas, as horas amargas nos encontrem dispostos a reagir-lhes, a fazer-lhes frente.

Ha que recomeçar!

Quando nos deixarem, se nos deixarem; ainda mesmo que nos não deixem, se por esse caminho enveredarem, ha que recomeçar a obra salutar da monarchisação do Paiz — condição essencial para a sua salvação.

Porque hoje, mais do que nunca, eu sinto que só a Monarchia pode garantir á Nação uma existencia normal e progressíva, tão incompativel com essa existencia se tem revelado e se está revelando o regime republicano.

Ha que recomeçar — reabilitando o antigo regime na consciencia nacional, pervertida por uma propaganda perniciosa de muitas dezenas de annos, e impondo-o á razão de todos e ao sentimento de todos, como o unico porto de abrigo para esta pobre terra, batida por todos os ventos maos, e levada por todas as ondas loucas...

O regíme republicano deo tudo quanto tinha a dar. Cedo nos convencemos da sua inviabilidade, mas foi preciso que surgisse a *secousse* do 14 de maio, para que reconhecessemos que todos os esforços que empregaramos, antes e depois de 5 de outubro, para o tornarmos adaptavel aos interesses da nação, eram vãos, e estavamos a comprometter seriamente a nossa intelligencia, e a falsear lamentavelmente a nossa cultura. Quebrámos então as nossas ligaçoens com esse regime, e procurámos empregar os nossos esforços noutro sentido.

Que tinhamos razão, provou-o, tres annos depois,

o insucesso do dezembrismo, vindo revelar que era uma profunda verdade a asserção que tantas vezes tinhamos feito de que a Republica ou é demagógica ou não será. O nosso conservantismo maximalista está justificado, agora, pelos actos do regime republicano posteriores á tentativa monarchica do Norte, como de resto, theoricamente, já estava justificado ha muito.

A Republica ou é demagógica ou não será.

Effectivamente...

Tendo vencido militarmente os seos adversarios, e tendo-os afastado dos logares chamados de confiança, eliminado o perigo immediato de uma Restauração monarchica, a Republica, se pudesse ser outra cousa que não fosse e seja a Republica demagógica e revolucíonaria, enveredaria por um caminho de pacificação e concordia, de calma e aproveitamento de todas as energias. Mas não. Ella continua a orientação de perseguição brava, e adopta o systema irritante e negativista de um bolchevismo governamental que só pode gerar uma reacção expontanea, instinctiva. Assim declara que o preenchimento das vagas de directores gerais, de chefes de repartição das secretarias e de chefes ou encarregados de quaesquer serviços do Estado ou delle dependentes, só possa recahir em pessoas idoneas da confiança do regime, *independentemente das formalidades ou requesitos estabelecidos nas leis ou regulamentos em vigor*; auctorisa o ministro dos negocios estrangeiros *a alterar*

a ordem e classificaçoens para nomeação, sempre que se verificarem algumas daquellas condiçoens que dão motivo para a suspensão e demissão de funcionarios; suspende, sem outra razão que não seja a das suas opiníoens politicas manifestadas fóra do exercicio das suas funccoens públicas, quatro professores da Universidade de Coimbra, nomeando para os substituirem, quatro individuos sem competencia reconhecida, e reconhecidamente isentos da cultura scientifica indispensavel para o bom desempenho destes logares; acceita a collaboração, indicação e imposiçoens de grupos revolucionarios — isto em pleno regime de normalidade constitucional, contrariandc, portanto, disposiçoens expressas do codigo politico fundamental do Paiz.

Inspirado por Mallet du Pan, Taine escreveo um dia que não havia líberais em França, — isto, quasi um seculo depois da chamada aurora redemptora da revolução franceza. O mesmo asserto se pode formular a respeito de Portugal: entre nós, vive-se a vida da tyrannia da Plebe, exercida por intermedio de uma oligarchia de mediocres e arrivistas, aparecendo magicamente, e magicamente naufragando na onda torva de uma multidão mestiça, que não sabe o que quer, nem pode saber o que quer.

O sentimento *nacíonal* desapareceo perante o predominio do sentimento *de facção*. E' esta a obra principal, fundamental, do regime republicano, e contra ella ha que erguer todas as energias, todas as vontades e todas as intelligencias, a não

ser que queiramos todos deixar desaparecer da vida activa da Europa, a Nação portugueza.

Aos republicanos falta-lhes a competencia, falta lhes o bom senso, falta-lhes o equilibrio, falta-lhes a *souplesse* de espirito, falta-lhes o sentimento da nacionalidade, e, acima de tudo, por cima de tudo isso, falta-lhes o conhecimento da história social da Nação.

Aos monarchicos falta-lhes a organisação e (confessamol-o magoadamente) falta-lhes o sentimento monarchico que só encontramos em muito poucos espíritos. Quer dizer: atravessamos uma hora muito perigosa, muito cheia de difficuldades.

Ha, pois, que recomeçar a obra de doutrinação em que se vinha, a obra de reconstrucção que se estava effectuando.

Não nos compete appelar para uma organisação revolucionaria: somos um doutrinario, e fiamos mais, muito mais, da doutrina preparando a acção, do que da acção antecedendo a doutrina. Não nos preoccupamos mesmo com o crear a atmosphera em que se geram as revoluçoens: isso pertence aos republicanos e ao regime republicano. Não é disso que se trata: é de alguma coisa mais importante e mais nobre, mais séria e mais fecunda: trata-se de dar nascimento ao espírito monarchico, e provocar o apparecimento da consciencia monarchica, não só rehabilitando o regime passado que nos garantio a independencia e nos manteve a personalidade política atravez dos seculos, mas

ambem revelando os fundamentos scientíficos e thistóricos dos seus princípios theoricos.

Esta obra não se dirige nem pode dirigir-se às camadas populares. A obra attinente a commover as camadas populares é doutra natureza. Só se pode convencer da doutrina republicana ou da doutrina monarchica, quem possua uma mentalidade culta.

Ora, as camadas populares portuguezas caracterisam-se, sob este ponto de vista, pela mais larga e profunda ignorancia. E mesmo a cultura propria das camadas populares normais e disciplinadas, é unicamente de caracter technico e profissional.

A doutrinação nacional só deve ter em mira arrancar as camadas populares ás superstiçoees políticas democraticas, levando-as a confinarem a sua acção no aperfeiçoamento systematico e progressivo das suas aptidoens profissionais. O campo de acção das camadas populares é o do trabalho. E' no bom e consciente exercicio das suas profissoens, que as camadas populares devem fazer consistir todos os seus desejos e todas as suas aspiraçoens.

As camadas populares, só uma questão deve interessar: a questão economica. E a base fundamental da resolução dessa questão está na melhor ou menor aptidão para o trabalho, dos seos vários elementos. Querer levar para a Republica ou para a Monarchia, as camadas populares, é fazer obra anarchica, dissolvente. As camadas populares só bem servirão o Paiz e a causa da Ordem, dedí-

cando-se exclusivamente ao trabalho, fazendo da sua oficina, do seu atelier, a sua unica preocupação.

A Política é uma sciencia muito complexa, para que possa ser analysada, interpretada, e comprehendida pelas camadas populares, que nunca poderão ter uma cultura scientifica e philosophica capaz, nem um espírito crítico suficiente. Uma Nação é constituida, sob o ponto de vista agora encarado, por zonas mentais sobrepostas. As zonas inferiores têm missão propria, como a têm as zonas superiores. Attribuir áquellas a missão d'estes, ou vice-versa, é estabelecer uma confusão perniciosa e contrariar o desinvolvimento normal da Nação. E' um erro de pessimas consequencias pensar que todos podem servir a Patria desempenhando todas as funcçoens. Não. Cada um no seo lugar. O que perdeo o Paiz, foi precisamente o ter-se levado ao convencimento de que para todas as funcçoens toda a gente é capaz. A uns pertence dirigir, a outros pertence deixar-se dirigir. Dentre a massa daquelles a quem pertence deixar-se dirigir ha muitos a quem compete ter funcçoens dirigentes—dentro da sua competencia profissional. As profissoens são espheras fechadas de acção. Dentro de cada uma dessas espheras, ha ainda, como dentro da esphera política, dirigentes e dirigidos. A desigualdade das intellígencias e das aptidoens, condicionando a desigualdade das culturas, é a razão da existencia deste estado de coisas. Esquecer isto é preverter, é anarchisar, é perturbar.

N'estas condiçoens, a acção dos doutrinarios monarchicos deve exercer-se no sentido, não de captar para os cadastros monarchicos o maior número de elementos das camadas populares, mas sim de afastar o mais possível as camadas populares das preocupaçoens políticas. E esta obra está ainda por effectuar entre nós, como se vio, agora, com a tentativa da restauração monarchíca, contra a qual se mobilisaram os grupos pretensamente syndicalistas, a pretexto de assegurarem liberdades conquistadas com o regime republicano, como se não fosse de uma verdade evidente que nunca, em Portugal, se atravessou um periodo de opressão tão aguda como a que o regime republicano estabeleceo.

Por outro lado, quando estes motivos não fossem bastantes, havia e ha a considerar um outro que não é de modo algum para desprezar. A captação das camadas populares para a Monarchia será sempre trabalho esteril, depois de se lhes ter dado um periodo de sophisma democrático, porque a idéa da Republica é, a seos olhos, uma idéa lisongeira e licenciosa, legalisadora dos seos maus instintos e maus sentimentos. emquanto que a idéa da Monarchia lhes sugere o sentimento de obediencia, de disciplina, de hierarchia, de dominio dos seus instinctos e sentimentos.

Na Republica, o Povo manda — é assim que as camadas populares interpretam a idéa da Republica. É um erro, todos o sabem, é uma illusão,

todos o constatam, porque na Republica, o que manda é uma turba de ambiciosos e agitadores, e não o povo que é afinal o conjuncto de todas as actividades, — mentais, morais ou activas. Na Monarchia, o povo é escravo — é assim que as camadas populares interpretam a idéa da Monarchia, o que não é menor erro, nem menor illusão, pois todos sabem que a Monarchia não é mais que a direcção política entregue ao Rei, e todas as outras actividades cooperando, dentro da esphera das suas competencias proprias, com o Rei. Mas ninguem pode ir contra a incultura e as illusoens populares, pelo que não ha que pretender convencer as camadas trabalhadoras da excellencia theorica da Monarchia e da sua necessidade pratica. O que ha é leval-as a deixar toda a preoccupação política, convencendo-as da sua incompetencia para discutir e resolver problemas que exigem conhecimentos especiais que ellas não têm.

Quer dizer: a doutrinação monarchica deve visar as energias, as vontades e as intelligencias das camadas superiores da Nação, porque ha-de ser pela influencia dos espíritos dirigentes de certas funcçoens que a Monarchia ha-de realisar-se. Será na Alta Intellectualidade, no Alto Exército, na Alta Egreja, na Alta Indústria, no Alto Commercio, que nós encontraremos o meio proprio para a adaptação dos nossos princípios, e a atmosphera favoravel á acceitação das nossas doutrinas.

Afastadas as camadas populares do debate po-

lítico, e limitado este ás camadas superiores da Nação, — o resto é facil, tão evidente está sendo o desastre da experiencia republicana, quanto é evidente a necessidade de voltarmos ás instituiçoens tradicionais políticas portuguezas.

A educação política das camadas populares deve ser essencialmente e systematicamente a-política.

Não nos devemos deixar seduzir pelo argumento tantas vezes invocado de que devemos fazer o que fazem os republicanos. Precisamente porque republicanos não somos, é que devemos trilhar um caminho differente. Doutro modo, nunca mais sahiremos desta *impasse* em que nos encontramos, e que horas tão amargas e tão cheias de difficuldades nos tem dado.

São estas as consideraçoens gerais que os acontecimentos actuais nos sugerem e que lealmente e claramente acabamos de expor á consideração de quem deve lêr-nos, e que muito desejamos que sejam meditadas por aquelles a quem incumbe a tarefa de libertar a Nação do pesadello que a afflige e consome.

Pela parte que nos toca, nem abdicamos, nem transigimos, nem desanimamos. Hoje, como hontem, continuamos no nosso posto, dispostos a todos os sacrifícios pelo bem da Patria, servindo, portanto, como sabemos e como podemos, a causa do Rei. Porque a causa do Rei é, e continuará sendo, mais pela excellencia da sua estructura do

que pelos erros dos republicanos, a pura, a superior Causa nacional.

17, Março.

27, outubro

Reparou o leitor na data com que fechamos a primeira parte do nosso trabalho. Depois d'isso, deo-se, dentro da causa monarchica, um incidente a que ninguem, com justiça e bom senso, pode negar importancia e transcendencia, e a que não podemos deixar de nos referir n'esta occasião. Trata-se, como já se adivinhou, da attitude do Integralismo Luzitano perante S. M. El-Rei o Senhor D. Manoel II.

O Integralismo Luzitano, depois dos acontecimentos politicos de Janeiro e Fevereiro do anno corrente, entendeo dever enviar a S. M. uma mensagem, em que formulava certas aspiraçoens e concretizava certos desejos. Essa mensagem que é um documento politico largo e desenvolvido, não obteve, pelo que se deduz das declaraçoens insertas no orgão integralista, por parte de El-Rei, respostas que satisfizessem os signatarios. D'ahi, o rompimento.

Ninguem ignora a profunda e grande sympathia que nos une aos Integralistas, cujo doutrinarismo quasi totalmente se confunde com o nosso. Esse agrupamento politico tem uma funcção mental su-

perior, e porisso muito nos sensibilisou o facto que estamos comentando. Cada vez mais adversos ás ficçoens constitucionalistas e liberalistas; cada vez mais distanciados dos preconceitos e erros democraticos; desejando para Portugal uma Monarchia que o seja de verdade nos principios em que se firmar, nos processos que adoptar, e nas pessoas que a representarem, temos bastante auctoridade intellectual para affirmar que não vemos razoens que fundamentem ou legitimem a attitude dos Integralistas.

Não quizeram elles e em nosso entender muito mal, publicar as respostas e as consideraçoens que ouviram da bocca de S. M. El-Rei, ao apresentarem-lhe a mensagem que é do dominio publico. Apenas pela carta, tambem do dominio publico, que o snr. Alberto Monsaraz dirigio ao Senhor D. Manoel, se percebe quais deviam ter sido as razoens justificativas da attitude do Integralismo Luzitano. Quanto ao mais, boatos, uns inverosimeis, outros perfídos, todos elles vãos, de que não podemos soccorrer-nos, porque nunca démos crédito a boatos. E o que de positivo sabemos, porque nos foi contado por quem podia fazel-o, soubemol-o confidencialmente, e por nada do mundo deixariamos perceber o que seja. Estamos, portanto, habilitado a julgar o incidente, e, em nosso juizo, deploravel foi que elle não tivesso sido evitado, porque creou uma situação que pode ser no futuro singularmente embaraçosa para a causa mo-

narchica que por muitos bons elementos que possua, não pode ligeiramente estar a dispensar quem tem real valor. Por outro lado, emquanto S. M. El-Rei o Senhor D. Manoel II não abdicar dos seus direitos, por um acto publico formal e expresso, ninguem, dentro da causa monarchica, seja qual fôr a sua situação, possue poder para destituir El-Rei, ou tem competencia juridica para lhe negar a legitimidade dos seos direitos. Proceder como procedeo o Integralismo Luzitano é lançar mão da doutrina democratica, e renegar a verdadeira doutrina politica que funda a legitimidade do Rei nos direitos historicos, superiores á propria vontade da Nação, que não existe a não ser na mystificação liberal, e portanto, superiores egualmente aos desejos ou aos caprichos de quaesquer individuos ou grupos. Tudo quanto não seja isto é doutrina revolucionaria, atentatoria da pureza dos principios monarchicos que nós todos, ensinados pela experiencia, devemos manter atravez de tudo.

Foi porque assim pensava já, que ha pouco menos de um anno me recusei a assignar uma mensagem dirigida a S. M., em que se lhe faziam quaesquer reclamaçoens de caracter politico. Entendo que a direcção da causa monarchica pertence a El-Rei, que não devo calor a meo parecer quando Elle m'o perguntar, mas que não devo eu formular-lh'o, sem que Elle me manifeste o desejo de me ouvir. Nas minhas conferencias, nos meos artigos, nos meos livros, tenho campo vasto para

expôr as minhas opinioens, lançar ideias, espalhal-as, propagal-as e discutil-as, para que sinta necessidade de me approximar do trono aonde ninguem me chama, e manifestar ao Rei a minha pretensão de O orientar. Pode ser que esta minha doutrina seja má; mas não quero mal aos outros porque tenham doutrina differente. Pode ser que a minha seja má, mas é esta, com esta me fico, e outra não quero. Se outra tivesse, não era monarchico.

Os actos do Rei, julga-os a Historia; não os julga, não pode julgal-os, não deve julgal-os o Presente. E se estabelecemos como base prévia do nosso doutrinarismo, que o Rei consubstancia o Interesse nacional, evidente é que não podemos sobrepôr-nos ao Rei, para O julgarmos e apreciarmos, sem deixarmos de cahir precisamente nos erros que combatemos.

Isto, sob o ponto de vista geral.

Em relação ao facto concreto da attitude de El-Rei e do Integralismo Luzitano, as coisas não são de menos facil apreciação.

Em 5 de Outubro de 1910, uma revolução suspendeo, de facto, os poderes do Senhor D. Manoel. Mas S. M. continuou a considerar-se Rei de Portugal, e Rei de Portugal continuaram a consideral-O os seus partidarios. S. M. era Rei de Portugal, além de outras razoens, por disposiçoens expressas de um diploma constitucional, que, para El-Rei e para os monarchicos, ninguem revogou. Os seus direitos não foram suspensos: o que foi suspenso foi o exercicio desses direitos. Jurou um

diploma; o seu juramento está de pé; e só a Nação, amanhã, por meio dos seos representantes com poderes constituintes, pode alterar o machinismo constitucional. É influindo nessa alteração que os Integralistas e nós podemos exercer uma acção benefica normal. El-Rei não pode, sem trahir o seo juramento, sahir fóra da situação em que estava em 5 de Outubro, e que continua ainda hoje. Não pode indicar herdeiros ao throno, porque não Lhe compete fazel-o: é ás leis constitucionaes que para Elle estão de pé, que pertence fazer essa indicação. Para Elle, essas leis existem, e vigoram. Quando, no Porto, restauraram a Carta Constitucional e os Actos adicionaes, irritei-me e desgostei-me, além do mais, porque era crear mais um embaraço á effectivação das doutrinas que defendo, e que espero vêr adoptadas, uma vez proclamada a Monarchia.

Triumphante a Revolução Monarchica, seguir-se hia uma Dictadura Governativa que convocaria, quando fosse opportuno, os organismos nacionais, os quaes formulariam o diploma constitucional. Seria esta a melhor maneira de harmonisar o rigidismo do nosso anti-democratismo com as pretensoens liberalistas. Mas El-Rei ficaria independente de toda esta operação, na esphera superior que Lhe pertence.

Ha um Rei legitimo. As Côrtes Gerais não são chamadas a reconhecer outra legitimidade, emquanto o Rei legitimo não tiver abdicado. Se não

ha Rei, então, á falta de melhor processo, que as Côrtes Gerais o indiquem. Mas tendo Rei na effectividade dos seos direitos, — como é que sem cahirmos nos erros revolucionarios, lembramos que as Côrtes Geraes sejam convocadas para escolherem Rei?

E se essas Côrtes Geraes para que os Integralistas appelam, amanhã, reconhecessem a legitimidade do Senhor D. Manoel — qual era a attitude do Integralismo?

Tudo isto devia ter sido ponderado antes da declaração publica de 20 de Outubro. Foi pena que o não tivessem feito.

Agora, os factos estão consummados, e o caminho é para deante, desejando nós que a sinceridade e a lealdade do Integralismo Luzitano se affirmem cada vez mais. E porque muito sentimos que essa sinceridade existe, e muito crêmos que essa lealdade não falta, é que lamentamos que á sombra do seo gesto, tantos e tantos que nunca souberam ser monarchicos e que outra coisa não foram além de detractores do Rei, se precipitem sobre o nome de El-Rei e a sua personalidade politica, n'uma furia repugnante de mesquinhos e mediocres.

De resto, temos esperança no tempo. O tempo tudo ha-de compôr, e nós bem desejamos que o tempo tudo componha. A causa monarchica bem merece de nós todos o sacrificio de caprichos ou resoluçoens precipitadas, porque ella symbolisa os mais altos e mais vastos interesses da Nação.

11, Dezembro

S. M. El-Rei dignou-se enviar ao nosso querido amigo o sr. Conselheiro Ayres d'Ornellas, uma carta sobre o conflito levantado pelo Integralismo Lusitano. Lemos a carta que, depois, veio a publico, e o publico conhece portanto. As duas affirmaçoens do Senhor D. Manuel de que mantem os Seos indiscutiveis direitos, e de que, uma vez proclamada a Monarchia, convocará as Côrtes para que estas formulem as bases de Seo governo, são fundamentalissimas, e satistazem inteiramente o meu espirito. Expressamente declarando que não abdica, corta pela raiz a propaganda nefasta que nos meios monarchicos ha tanto tempo se vem fazendo, quanto ao Seo proposito de querer ou não querer voltar para Portugal. Affirmando que ccnvocará as Côrtes para que estas disponham sobre a futura Constituição, El-Rei disse o que Lhe era possivel dizer. As restantes consideraçoens politicas da Sua carta São tão opportunas e sensatas, que nem sequer é preciso que eu escreva quasquer palavras a esclarecel-as ou justifical-as. E não me competindo discutir as consideraçoens de caracter pessoal que episodicamente, nella apparecem, sobre a carta de El-Rei nada mais não tenho a dizer.

Em resposta a ella, publicou o Integralismo Lusitano o Relatorio dos seos dois delegados a Londres. Assignam-no dois nomes que muito preso, e

um dos quais, o de Luiz de Almeida Braga, me é muito e muito querido.

O Relatorlo foi elaborado para ficar secreto. Secreto devia ficar, menos, evidentemente, na parte justificativa da atitude do Integralismo Lusitano para com El-Rei. Os Integralistas tinham o dever de publicar as respostas de El-Rei que os levaram a abandona-lO, mas *só essas, unicamente essas*. O que os Integralistas fizeram foi uma inconfidencia tão grave, que eu não sou capaz de comprehender como ella se tornou possivel. Como foi que se resolveram a publicar um documento daquella natureza — que não foi escripto para ser publicado — sem, primeiramente, reflectirem, sem primeiro, se aconselharem com quem, liberto de paixoens, sereno e frio, analysasse o problema, e o encarasse sob todos os aspectos?

Defenderem-se? Justificarem-se? Estava muito bem. Era logico, era corrente, era necessario. Mas do Relatorio dos delegados a Londres, o que menos resalta, o que mais ferio e fere a inteligencia de quem o lê, não é a defeza da atitude dos Integralistas, é o cortejo desgraçado das inconfidencias que nada teem, nem de perto, nem de longe, com o problema que se discutia. Nem todos os pensamentos que temos e em conversa particular formulamos, podem vir a publico. E os Integralistas muito depressa esqueceram que o Senhor D. Manoel fôra o seo Rei, era e continua a ser Rei de Portugal, e que ferindo-o, feriam tambem a Mo-

narchia que Elle symbolisa, e a Patria que Elle representa.

A esperança com que eu fechara as minhas palavras de 27 de outubro, dissipou-se. Uma grande e pesada tristeza me envolve, porque vejo que todos nós andamos apostados em aggravar a situação portugueza, em criar embaraços e difficuldades, alheios áquella grande verdade que o Rei formulara quando disse que em Portugal todos querem mandar e ninguem quer obedecer.

Para onde vamos assim, não o sei. Sinto, no entanto, que em Portugal, já ha só um logar onde se vive logicamente, coherentemente, com juizo e proposito: é no Hospital de Rilhafolles...